

A ADMINISTRAÇÃO RAMAPHOSA E O RETORNO AO PROTAGONISMO DA ÁFRICA DO SUL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS À POLÍTICA EXTERNA

Anselmo Otavio¹



Introdução

No Estado da Nação de 2018, Cyril Ramaphosa expôs que a África do Sul se encontra diante de desafios como o aumento na taxa de desemprego, a crescente desigualdade social, o baixo crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), e a limitada capacidade do governo em expandir investimentos em áreas sociais. Embora não citando — ao menos diretamente — algum nome em específico, é fato que o recém-empossado presidente relacionava tais desafios às gestões anteriores. Inclusive, afirmava que, diferentemente dos anos iniciais após o término do regime racista (*apartheid*), quando houve o declínio da pobreza, nos anos mais recentes o que se via era o aumento desta².

A crítica às administrações anteriores não ficou restrita apenas aos desafios internos, mas também ao papel da África do Sul no sistema internacional. Grosso modo, a nova administração compreendia que Pretória vinha perdendo seu protagonismo, logo, havia a necessidade de mudanças na política externa como meio de reaver tal condição. Reflexo deste descontentamento pode ser encontrado nos meses iniciais da então ministra no Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (DIRCO, na sigla em inglês), Lindiwi Sisulu, quando em discurso realizado no Parlamento, em

¹ Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Brasil. E-mail: otavio@unisinos.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5560-4168>

² Estado da Nação, ou *State of the Nation*, é o discurso proferido, anualmente, pelo presidente ao Congresso. Seu principal objetivo é expor sobre as medidas e os planos que o governo vem adotando.

2018, expôs a necessidade da África do Sul resgatar seu protagonismo, que, em sua percepção, havia sido conquistado durante a administração Mandela, quando o país era visto como “uma bússola moral e uma voz da razão em um mundo cada vez mais superado por interesses egoístas e mesquinhos” (Sisulu 2018, s.p, tradução nossa)³.

O discurso de Sisulu indicava que a diminuição deste protagonismo era resultado, ainda que indiretamente, das escolhas realizadas durante as gestões anteriores. É com base em tais críticas que este artigo possui como objetivo principal comparar a política externa que vem sendo desenvolvida pela administração Ramaphosa com aquelas adotadas ao longo dos governos de Mandela (1994-1998), Mbeki (1999-2008) e Zuma (2009-2018). Levando em consideração que a gestão atual se encontra em andamento, e baseando-se na análise de fontes primárias e secundárias, busca-se demonstrar que os processos de inserção internacional e regional que vêm sendo realizados trazem como principal característica a busca em fortalecer a interação entre política externa e desenvolvimento econômico, da mesma forma que os governos Mbeki e Zuma, em maior e menor intensidade, fizeram.

Para tal finalidade, e juntamente a esta introdução, o artigo encontra-se estruturado em outras três seções. A primeira diz respeito à compreensão das principais características encontradas na política externa desenvolvida ao longo das administrações Mandela, Mbeki e Zuma. Já a segunda refere-se à administração Ramaphosa, cujo objetivo será demonstrar a existência de pontos que simbolizam convergência ou divergência em sua política externa quando comparada com os governos anteriores. Por fim, a terceira seção corresponde às considerações finais, quando espera-se concluir que a política externa atual mantém contínuos a universalidade na política externa, o multilateralismo e a diplomacia econômica, iniciativas que já eram constantes nas administrações anteriores.

Entre êxitos e desafios na política externa: as administrações Mandela, Mbeki e Zuma

A busca em ampliar as relações internacionais sul-africanas, bem como tornar o país cada vez mais atuante no continente, podem ser considerados como dois dos principais objetivos da África do Sul no pós-*apartheid*. Inicialmente, tais objetivos podem ser encontrados na administração Mandela,

³ Vale ressaltar que em 2019, Sisulu foi substituída por Naledi Pandur como ministra da DIRCO.

este que em 1993, isto é, antes mesmo de assumir a presidência do país, havia publicado no periódico *Foreign Affairs* o artigo *South Africa's Future Foreign Policy*, no qual eram indicados os caminhos que a política externa deveria se pautar. Naquela ocasião, eram destacados pontos estimados pelas potências tradicionais e que ganhavam destaque no pós-Guerra Fria, isto é, os direitos humanos, o multilateralismo, a promoção da democracia, o respeito à soberania dos Estados e a resolução de conflitos por meios pacíficos. Além destes, outra característica que ganhou relevância foi a universalidade na política externa via fortalecimento de parcerias estratégicas e a admissão ou readmissão em organizações internacionais e articulações de cunho multilateral⁴.

Um exemplo desta ampliação pode ser visto nas interações entre a África do Sul e Estados Unidos, e entre Pretória e Irã, Cuba e Líbia, países que auxiliaram o Congresso Nacional Africano (CNA) em sua luta contra o *apartheid*, e que eram amplamente criticados por Washington (Hamill e Lee 2001). No que diz respeito à admissão e/ou readmissão em organizações de âmbito internacional e articulações de cunho multilateral, vale destacar a *Commonwealth*, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Movimento dos Países Não-Alinhados, o G77, dentre outros que se transformaram em espaços de maior atuação sul-africana (DIRCO 1996). A valorização do multilateralismo, o fortalecimento de parcerias estratégicas e a defesa de pontos estimados pelas potências tradicionais, não apenas garantiram o protagonismo da África do Sul no cenário internacional, como também alçaram o país ao status de “nação com forte componente moral” (Van Wyk 2002, 182, tradução nossa).

No cenário regional, a busca por uma nova inserção passou a ser considerada como um dos principais objetivos da administração Mandela. Em certa medida, esta nova inserção no continente africano simbolizava o rompimento com uma das principais heranças do regime racista, qual seja, a imagem de África do Sul como a própria encarnação do colonizador europeu no continente, bem como demonstrava que o país é parte integrante da África. Inclusive, como indicado por Mandela, “primeiro e acima de tudo, nós somos parte do continente africano, e os problemas africanos são nossos problemas também” (Mandela 1999, s. p, tradução nossa).

Para tal fim, a estratégia utilizada também se caracterizou pela universalidade na política externa e pela maior valorização do multilateralismo, este refletido na admissão junto à Organização da Unidade Africana (OUA) e na

4 Por universalidade entende-se como o princípio que “ressalta a vontade da África do Sul em estabelecer relações diplomáticas com todos os países do mundo” (Schraeder 2001, 234, tradução nossa).

Southern African Development Community (SADC). Entretanto, diferentemente do êxito conquistado na inserção internacional, tal escolha não garantiu que o protagonismo esperado por Pretória fosse alcançado, visto que a atuação do país em determinados episódios foi amplamente criticada. Um primeiro exemplo pode ser encontrado na Nigéria, país que entrava na década de 1990 marcado pela instabilidade política, caracterizado pelo cancelamento da eleição presidencial — disputada entre o *National Republican Convention* (NRC) e o *Social Democratic Party* (SDC) de Moshood K.O. Abiola (partido vitorioso) —, e pelo golpe militar efetivado por Sani Abacha em 1993.

Inicialmente, Pretória buscou mediar tais grupos via acordos e reuniões, que contaram com a presença de Thabo Mbeki — futuro sucessor de Mandela na presidência da África do Sul — e do Arcebispo Desmond Tutu. Entretanto, a ineficácia destas iniciativas foi vista no chamado “*Ogoni 9*”, caso marcado pelo julgamento falho e sem revisão judicial que culminou no enforcamento do jornalista e ativista político da causa Ogoni, Ken Saro-Wiwa, e mais oito ativistas que eram contrários ao regime imposto por Abacha (Lewis 1999; Barber 2005)⁵.

Neste caso, o *Ogoni 9* foi fundamental na alteração da atuação sul-africana neste episódio. De fato, a partir de então, Pretória pautou-se na busca por apoio externo ao continente para a criação de meios que gerassem o isolamento da Nigéria. Exemplos disso foram o incentivo a criação de sanções por parte da ONU, a insistência pela suspensão deste país da *Commonwealth*, e pelo incentivo para que os países parassem de comprar o petróleo nigeriano. No entanto, mesmo havendo a suspensão na *Commonwealth*, a Nigéria não se tornou isolada, visto que países como os Estados Unidos, a França e a Alemanha mantiveram-se interessados em garantir acesso aos recursos naturais nigerianos, destacadamente o petróleo (Jordam apud Adelman 2004). Além disso, o custo político da estratégia sul-africana ocorreu, principalmente, no continente africano, pois além de não conseguir o isolamento da Nigéria, a busca por sanções a Abuja foi interpretada como unilateral e autoritária, características que remetiam à política externa vigente durante o regime *apartheid* (Van Wyk 2002; Hamill e Lee 2001).

Somado ao caso da Nigéria, outro exemplo a ser destacado refere-se às duas guerras na República Democrática do Congo (RDC). No primeiro conflito, este marcado pela atuação da *Alliance des forces démocratiques pour*

5 A comunidade Ogoni é um grupo minoritário que habita o sudeste da Nigéria, região rica em petróleo e marcada pela ampla exploração deste recurso por parte de multinacionais petrolíferas. Ao longo da década de 1990, esta comunidade se tornou conhecida por lutar contra a degradação do meio ambiente e a negligência econômica, por parte do governo nigeriano, de sua área (Lewis 1999).

la libération du Congo (AFDL, no francês) contra o regime de Mobutu Sese Seko (1965-1996), Pretória buscou atuar via solução pacífica entre governo e oposição, cujo resultado foi o exílio de Mobutu no Marrocos. Já na segunda guerra, resultado da crescente impopularidade da AFDL e da intervenção de países como Burundi, Ruanda e Uganda, o que se viu foi o interesse sul-africano por meios pacíficos ser solapado pela intervenção militar desejada por Zimbábue, Namíbia e Angola (Adelmann 2004).

Além de simbolizar o descompasso entre o êxito no cenário internacional e a dificuldade em alcançar outra inserção regional, as desconfianças com relação à atuação sul-africana nos episódios envolvendo Nigéria e RDC foram fatores que demonstraram a existência do descolamento entre o interesse de Pretória em estar mais presente na África e, de fato, a consecução deste objetivo, visto que a desconfiança com relação ao país mantinha-se presente. É diante deste descompasso que a administração Mbeki desenvolveu sua política externa, e, destacadamente, buscou difundir uma nova ideologia econômica e política para o continente, também conhecido como *African Renaissance*.

Embora já discutido em momentos anteriores na história africana, como realizado por Cheikh Anta Diop, que atrelava o renascimento ao resgate das línguas nativas africanas, o *African Renaissance* difundido por Mbeki pode ser compreendido a partir de duas dimensões. A primeira encontra-se relacionada às transformações vistas tanto no cenário internacional quanto no regional, ambas favoráveis ao continente⁶. No internacional, tal favorecimento relaciona-se a maior presença de potências tradicionais e emergentes no continente africano, motivado, principalmente, pela busca por recursos naturais (Visentini 2013). No âmbito regional, o aumento das eleições democráticas, o declínio ou fim de regimes autoritários, o crescimento econômico e a diminuição do número de guerras, são alguns dos exemplos que simbolizavam um continente em transformação. Já a segunda dimensão diz respeito ao protagonismo da África do Sul neste processo de renascimento, no qual Pretória atuaria na defesa dos interesses africanos no cenário internacional, bem como no convencimento dos países africanos a adotarem mudanças políticas, econômicas e securitárias.

6 Discutindo sobre a conceituação de Renascimento Africano por parte de Anta Diop, Phemelo e Mompoti (2018, 174) destacam que “The language was one of the things that change a worldview”. Thence he resonated that; “the development of our indigenous languages is the prerequisite for a real African renaissance, and in justifying his claim, he was quick to remind Africans of the detrimental effects of using foreign languages as a media of instruction in African schools”.

Diante da proposta indicada pelo *African Renaissance*, a política externa da África do Sul passou por mudanças. Ainda que marcada pela continuidade, uma vez que a defesa dos direitos humanos, da democracia, e a resolução de conflitos por meios pacíficos foram mantidos, em verdade o que se viu foi o maior protagonismo do multilateralismo e da universalidade na política externa. No cenário internacional, o favorecimento de ambas levou à intensificação nas relações com potências emergentes. Embora mantendo fortes laços econômicos com os Estados Unidos e a União Europeia, ao longo da administração Mbeki as relações Sul-Sul passaram a ganhar cada vez mais espaço (DTIC 2020). No âmbito bilateral, o principal exemplo pode ser encontrado no fortalecimento de relações com parcerias consideradas estratégicas, destacadamente, Brasil, Índia e China. Já no multilateral, a valorização de agrupamentos em que o país havia sido integrado durante a administração anterior, como o G77 e Movimento dos Não Alinhados, somou-se à inserção em diversos outros grupos, destacadamente o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC, na sigla em inglês), a Nova Parceria Estratégica Ásia-África, e o Fórum IBAS.

De forma semelhante ao cenário internacional, a estratégia adotada para a inserção na África foi pautada pelo multilateralismo e pela universalidade na política externa. Enquanto o primeiro serviria para demonstrar o caráter não impositivo dos pontos adotados e defendidos pela África do Sul, o segundo garantiria o fortalecimento de laços com países que, seja pela importância histórica, seja pela relevância política, eram mais bem aceitos pela grande maioria dos países africanos (Landsberg 2000). Inicialmente, a efetividade desta estratégia pode ser encontrada na Nova Parceria para o Desenvolvimento Econômico da África (NEPAD, na sigla em inglês), iniciativa criada em 2001 que atrela o desenvolvimento ao respeito à segurança humana, à boa governança, e ao investimento nos setores industrial, agropecuário, meio ambiente, ciência e tecnologia, infraestrutura, dentre outros pontos característicos do cenário pós-Guerra Fria (NEPAD 2001).

O outro exemplo diz respeito à transformação da OUA em União Africana, cujo processo foi marcado pelo predomínio de duas vertentes. A primeira era simbolizada pelo desejo da Líbia em criar os Estados Unidos da África, isto é, mover o continente para a formação de um Estado Federalista. Já a segunda englobava os interesses da Nigéria, país que defendia maior participação da Organização em temas relacionados à segurança, e da África do Sul, cuja percepção era de que a nova Organização deveria ser marcada pela criação de regras, normas, e, fundamentalmente, pelo comprometimento dos países-membros em acatá-las (Otavio e Cardoso 2014; Landsberg 2012a). Grosso modo, a segunda vertente foi predominante, uma vez que pontos

como segurança humana, a valorização e construção de princípios, de instituições, de estruturas políticas e de mecanismos que pudessem regulamentar o comportamento dos Estados passaram a fazer parte da UA.

Os êxitos conquistados anteriormente auxiliaram na formulação de um terceiro exemplo símbolo do interesse sul-africano em ser mais atuante no continente, a Agenda Africana, que pode ser compreendida como a continuidade e intensificação do *African Renaissance* (Otavio 2017). Continuidade, visto que se mantém fiel ao incentivo à criação e adoção de sistemas democráticos pelos países africanos, à busca pela paz e segurança do continente, à criação de meios que levem ao crescimento econômico dos países africanos, dentre outros objetivos defendidos por esta doutrina de renovação africana. Intensificação, pois potencializou a interação entre África do Sul e outros países africanos. Além da manutenção ou ampliação das parcerias estratégicas entre Pretória e países como Argélia, Nigéria, Gana, Tanzânia, Moçambique e Botsuana, tal agenda garantiu ao país estar cada vez mais inserido economicamente no continente, transformando-se em um dos principais parceiros comerciais de países como Botsuana, Moçambique, Zâmbia, Malawi, Namíbia e Zimbábue (Mbekeani 2013).

Em certa medida, as estratégias de inserção internacional e regional pautadas no protagonismo do multilateralismo e da universalidade da política externa, geraram duas consequências para a administração Mbeki que divergiram daquelas encontradas ao longo da gestão Mandela. A primeira relaciona-se ao descontentamento por parte das potências ocidentais, pois a escolha em se aproximar de países amplamente criticados pelo Ocidente, levou a África do Sul a perder a imagem de país com forte dimensão moral (Titus 2009). Em contraste a esta primeira consequência, a segunda foi a intensificação no processo de integração regional, este simbolizado pela parceria com diversos países africanos e o ativismo na criação de iniciativas consideradas importantes para o *African Renaissance*.

As consequências anteriormente indicadas influenciaram a política externa adotada durante a administração Zuma. De fato, a valorização da democracia, do desenvolvimento econômico e da resolução de conflitos continuou atrelada ao protagonismo do multilateralismo e da universalidade na política externa, está simbolizada pelo maior interesse em fortalecer laços com as potências emergentes. Neste caso, o estreitamento dos laços com potências do Sul trouxe como êxito inicial o convite em 2011 para integrar o Grupo dos BRICS. Ainda que economicamente o país estivesse distante de outros membros do Grupo, é fato que o convite para sua entrada refletia a principal características da África do Sul, isto é, de ser uma potência regio-

nal, caracterizada pela sofisticada rede de infraestrutura, e pelo dinamismo comercial, tecnológico e financeiro. Além disso, vale ressaltar que a entrada neste grupo garantiu a Pretória ampliar suas relações econômicas com os outros países-membros, destacadamente a China, país que entre 2005 e 2015 elevou suas exportações e importações (DTIC 2020).

No cenário regional, as relações econômicas resultantes da Agenda Africana não apenas foram mantidas, como também intensificadas ao longo da administração Zuma. Um primeiro exemplo disso pode ser encontrado na formulação dos chamados *Business Forums*, que foram criados junto a países como Nigéria, Senegal, Tanzânia, Namíbia, Zâmbia e Angola. No caso angolano, a administração Zuma buscou atuar no fortalecimento da Câmara de Comércio África do Sul-Angola, bem como na garantia de que empresas sul-africanas atuassem cada vez mais neste país (Zuma 2009). Já um segundo exemplo desta diplomacia econômica pode ser encontrado no destaque dado à NEPAD, a consolidação da Área de Livre Comércio da SADC, lançada ainda durante a administração Mbeki, e no Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas na África (PIDA, na sigla em inglês), iniciativa criada em 2010 e voltada a criar meios que garantam a melhoria na infraestrutura do continente (PIDA 2012).

O desejo pela maior intensificação nas relações econômicas com diversos países africanos pode ser enquadrado como uma das duas características da administração Zuma que demonstravam a continuidade na estratégia sul-africana de inserção regional, uma vez que a outra refere-se à resolução de conflitos através do diálogo, que, no entanto, mostrou-se desafiadora. Reflexo disso pode ser encontrado na Costa do Marfim, país que desde 2002 encontrava-se polarizado entre Laurent Gbagbo e Alassane Ouattara. Neste caso, se inicialmente Pretória apoiou Gbagbo, ao longo deste processo conflitivo passou a apoiar Ouattara. Além da Costa do Marfim, outro exemplo pode ser encontrado na Líbia pós-Gaddafi, quando o país divergiu de seu principal parceiro estratégico, a Nigéria. Enquanto a África do Sul optou por não reconhecer o Conselho de Transição Nacional (CTN) como legítimo representante do povo líbio, Abuja não apenas legitimou o CTN, bem como buscou incentivar outros países africanos a seguirem o mesmo caminho (Landsberg 2012b; 2012c).

De modo geral, quando comparada à gestão Mbeki, a estratégia pautada no multilateralismo e na universalidade na política externa, trouxe consequências divergentes para a administração Zuma. Ainda que no cenário internacional o protagonismo de tais meios garantiu à África do Sul fortalecer laços com as potências emergentes e, conseqüentemente, passar a fazer parte

do BRICS, em verdade, a frustrada atuação na Costa do Marfim e a atuação no caso líbio foram episódios que simbolizavam limites de tal estratégia, especialmente no que diz respeito à inserção no continente africano.

Rumo a uma nova Política Externa? Tendências e desafios na administração Ramaphosa

Paralelamente à renúncia de Zuma no início de 2018, uma das demandas que passou a ganhar preponderância no país e, grosso modo, pode ser compreendida como um dos principais objetivos da administração Ramaphosa, diz respeito à busca pela resolução de desafios socioeconômicos — destacadamente a pobreza e o desemprego. Em certa medida, é fato que os governos anteriores buscaram criar iniciativas direcionadas à mesma finalidade, inclusive, conseguiram melhorar alguns índices. Exemplos disso podem ser encontrados no acesso à água potável, que passou de 58% em 1994, para 91% em 2009, e na abrangência das políticas públicas, visto que em 2015 em torno de 17 milhões de sul-africanos eram apoiados, enquanto em 1994, eram 4 milhões (Cilliers e Aucoin 2016). No entanto, alguns desafios mantiveram-se presentes, como a elevada taxa de desemprego, está refletida na relação entre jovens que entram no mercado de trabalho (anualmente, por volta de 1,2 milhão) e aqueles que, de fato, conseguem ser empregados (cerca de um terço do total) (Ramaphosa 2020).

Na busca em romper com os desafios socioeconômicos, no geral, e o desemprego, em particular, a administração Ramaphosa vem demonstrando que o multilateralismo e a universalidade na política externa continuarão fundamentais para o país, pois tanto um quanto o outro favorecem a expansão da diplomacia econômica. No âmbito multilateral, a importância da diplomacia econômica é encontrada no maior interesse pela *Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation* (IOR-ARC), iniciativa criada na década de 1990, e que, dentre os seus diversos objetivos, busca fortalecer os laços econômicos entre os países-membros (IOR-ARC 2014).

Junto a esta valorização, outro exemplo pode ser encontrado nos BRICS, grupo que em 2018 foi marcado pela presidência sul-africana. Neste caso, a interação entre Pretória e outros países-membros pode ser vista nas relações econômicas, uma vez que entre 2018 e 2019 as exportações sul-africanas para o bloco cresceram mais de 110%, e, neste mesmo período, as importações aumentaram em torno 106% (DTIC 2020). Além disso, vale destacar o acesso a empréstimos junto ao Banco dos BRICS, instituição que

em 2019 emprestou US\$ 790 milhões para projetos sul-africanos, destacadamente aos relacionados a Eskom, empresa da área energética que, além de ficar com mais da metade deste montante, também obteve acesso a mais US\$ 180 milhões para implementação de projetos sobre energia renovável (Pandor 2019).

Nas relações bilaterais, a diplomacia econômica destacada nas relações Sul-Sul é vista no interesse pela maior interação com a China. Reflexo disso pode ser encontrado nas trocas comerciais, cujas cifras demonstram que dos valores encontrados na relação com os BRICS, grande parte é resultado do comércio com Beijing. De fato, entre 2018 e 2019, as trocas comerciais foram marcadas pelo aumento tanto das exportações (122%), quanto das importações (103%) sul-africanas para com a China (DTIC 2020). Além do econômico, vale ressaltar a cooperação no âmbito hospitalar, visto que o governo chinês doou diversos materiais direcionados ao combate à Covid-19 (Pandor 2020).

Paralelamente às relações Sul-Sul, Pretória também busca maior interação com as potências tradicionais. Na relação econômica com Washington, por exemplo, as cifras de exportação e importações sul-africanas foram ampliadas em torno de 106% e 113%, respectivamente. Referente à União Europeia, vale destacar a Alemanha, país para o qual a África do Sul ampliou suas exportações e importações entre 2018 e 2019, em média de 115% e 103%, respectivamente (DICT 2020). Inclusive, em discurso direcionado ao presidente alemão, Frank-Walter Steinmeier, este em visita oficial à África do Sul, em 2018, Ramaphosa expôs sobre a importância estratégica de Berlim no âmbito internacional, visto que ambos defendem o multilateralismo e a promoção da paz, como também no cenário interno, pois a Alemanha é o terceiro maior parceiro comercial do país, e um dos principais investidores, com mais de 600 empresas atuando em solo sul-africano.

Em certa medida, o reflexo deste maior interesse em fortalecer laços com potências tradicionais e emergentes pode ser encontrado na porcentagem investida pela África do Sul nas missões diplomáticas. Em cifras, do total de recursos direcionados ao DIRCO para os anos 2019 e 2020, em torno de 68% encontram-se destinados à manutenção de 125 missões distribuídas em 108 países (Pandor 2019). Neste caso, tal investimento corresponde ao interesse em fazer com que essas missões auxiliem na exportação de bens e serviços sul-africanos, na área do turismo e, destacadamente, no cumprimento da meta referente à entrada de IED no país, em torno de US\$ 100 bilhões, valor estipulado por Ramaphosa quando chegou à presidência da África do Sul.

No âmbito interestatal, vale ressaltar que já em 2018, foram anunciados investimentos por parte da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos (US\$ 10 bilhões), e por parte da China (US\$ 14,7 bilhões) (Shubin 2019). Na relação Estado e empresas, o cumprimento desta meta converge com as chamadas Conferências de Investimento Sul-Africanas, eventos que buscam ampliar o investimento de grandes empresas no país. Neste caso, ressalta-se a conferência de 2019, quando mais de 70 empresas se comprometeram a investir nas mais diversas áreas da economia sul-africana (Ramaphosa 2020).

Paralelamente à diplomacia econômica, a universalidade na política externa e a valorização do multilateralismo podem ser expressas no âmbito político-diplomático. No entanto, diferentemente dos governos Mbeki e Zuma, o que se percebe é a busca da administração Ramaphosa em utilizar tais ferramentas como forma de resgatar o *status* de país com forte dimensão moral, e, nesse sentido, aproximar-se da política externa adotada ao longo da administração Mandela. Em outras palavras, mantém-se o interesse pelo fortalecimento de parcerias estratégicas e pela maior valorização de espaços de cunho multilateral. Contudo, volta a destacar a necessidade de Pretória atuar em prol de pontos característicos da África do Sul pós-*apartheid*, destacadamente, democracia, direitos humanos e a resolução de conflitos.

Por um lado, espera-se que a característica de país com forte dimensão moral garanta a Pretória o protagonismo que, na perspectiva da gestão atual, o país possuía. Por outro lado, contudo, deve-se frisar que tal escolha não necessariamente significa certo alinhamento com as potências tradicionais. Primeiramente, porque o país compreende a tendência característica do cenário internacional atual, isto é, à multipolaridade. Em segundo, e tão relevante quanto a anterior, porque a administração Ramaphosa mantém o interesse em fortalecer laços com os mais diversos tipos de países. Em outras palavras, a busca pelo *status* de forte dimensão moral corresponde ao desejo da África do Sul em ser ativa em temas ou eventos que são vistos como desafiadores no sistema internacional.

Tal constatação pode ser encontrada na causa israelo-palestina, na qual a administração Ramaphosa reafirma que a manutenção do rebaixamento no *status* da Embaixada em Israel para escritório, ocorrido durante a gestão Zuma, reflete o posicionamento sul-africano desfavorável à atuação israelense na Palestina. Junto a esta causa, outro exemplo refere-se a Cuba, país que desde a administração Mandela vinha ganhando destaque. Além da cooperação no combate à Covid-19, uma vez que Cuba enviou mais de 200 profissionais da área de saúde para atuarem na África do Sul (DW 2020), vale

destacar a solidariedade ao povo cubano e a defesa pela remoção do embargo econômico imposto pelos EUA a Havana (Ramaphosa 2018c).

Além dos casos anteriores, outro exemplo que expressa a busca pelo protagonismo no cenário internacional encontra-se relacionado ao biênio 2019/2020, período em que o país ocupa assento não-permanente do Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Nesta ocasião, a atual administração vem demonstrando interesse em atuar sobre temas diversos, com destaque para a resolução de conflitos, como os existentes na Síria, Somália e Iêmen; e na defesa da independência do Saara Ocidental (Ramaphosa 2018d). O ativismo acerca do Saara Ocidental e na resolução do conflito existente na Somália, são exemplos que simbolizam a contínua importância do continente africano para a África do Sul. Inclusive, conforme citado pela atual Ministra do DIRCO, Naledi Pandor, “nossa política externa, como a própria a África do Sul, é, e sempre foi, baseada na defesa de um continente africano próspero, pacífico e democrático” (Pandor 2019, s.p, tradução nossa).

Conforme vem sendo destacado neste artigo, a centralidade da África na política externa sul-africana não tem caráter meramente retórico, e desde o início de sua administração, Ramaphosa vem demonstrando a continuidade neste objetivo. Um primeiro exemplo que demonstra o interesse pela integração continental pode ser encontrado na UA, com a África do Sul não apenas assumindo sua presidência no biênio 2020 e 2021, como também demonstrando que neste período atuará em prol de uma das principais iniciativas vinculadas à Organização, a Agenda 2063, criada em 2015 e marcada por diversas aspirações que simbolizam a busca do continente em solucionar desafios nos âmbitos da economia, política e segurança (AU 2015). Vale ressaltar que dentre os objetivos de Pretória no CSNU destaca-se a busca por parcerias direcionadas à realização de um dos objetivos da Agenda 2063, qual seja, silenciar as armas no continente até o término de 2020 (Pandor 2019).

Além de simbolizar um dos principais objetivos da Agenda 2063, tal elemento alinha-se a uma das características da política externa sul-africana, qual seja, a participação nos processos de pacificação. Neste caso, tal objetivo pode ser exemplificado pelo interesse de Pretória em direcionar a presidência da UA à resolução das crises na Líbia e no Sudão do Sul (Africa News 2020). No caso líbio, vale ressaltar que a instabilidade gerada após a morte de Gaddafi não foi encerrada com o CTN, e, nesse sentido, o apoio sul-africano encontra-se no suporte dado ao *AU High Level Committee on Libya* (South Africa 2020a). No que diz respeito ao Sudão do Sul, o apoio dado pela União Africana e a intermediação realizada por Ramaphosa, foram importantes para a assinatura do acordo entre os oponentes, o atual presidente, Salva

Kiir Mayardit, e o opositor, Riek Machar, do *South Sudan People's Liberation Movement* (SPLM-IO, na sigla em inglês) (South Africa 2020b).

Paralelamente à resolução de conflitos, o silenciamento das armas também se relaciona a outra característica que se mantém presente na administração Ramaphosa, no caso, o multilateralismo. De modo geral, desde as críticas realizadas à administração Mandela no que diz respeito à atuação em episódios conflituivos, Pretória pautou-se na articulação com outros países africanos como meio para se tornar cada vez mais presente e atuante no continente. Na administração atual, além de instrumento para estabilização e pacificação da África, o multilateralismo também continua a ser importante na dimensão econômica. Semelhantemente a administração Zuma, tal constatação pode ser encontrada no objetivo de fazer com que a Área de Livre Comércio resultante do acordo Tripartite (TFTA, na sigla em inglês) entre o Mercado Comum da África Oriental (COMESA, na sigla em inglês), a Comunidade da África Oriental (EAC, na sigla em inglês) e a SADC passe a vigorar. Para tal fim, Pretória volta-se à busca de que outros países assinem e ratifiquem o acordo, uma vez que é preciso 14 ratificações para que a TFTA entre em vigor (Pandor 2019).

Além da TFTA, outra iniciativa no âmbito econômico que se mantém importante é a Área de Livre Comércio do Continente Africano (AfCFTA, na sigla em inglês), criada em 2018 pela maioria dos países africanos e prevista para entrar em vigor em 2020. A expectativa acerca da AfCFTA encontra-se relacionada ao aumento da integração continental, visto que buscará ampliar o comércio intra-africano, este que, atualmente, gira em torno de 16% (Fabricius 2020)⁷. Conforme expresso por Pandor (2019a, s.p, tradução nossa), “a entrada da AfCFTA é uma clara demonstração da vontade política entre líderes africanos em integrar a economia do nosso continente, criando novas oportunidades para o aumento no volume comercial entre os países africanos”.

De modo geral, a escolha multilateral na resolução de conflitos e na intensificação da integração econômica, encontra-se relacionada à continuidade na Agenda Africana, iniciativa desenvolvida durante a administração Mbeki e mantida ao longo do governo Zuma. Neste caso, além de atuar nas principais iniciativas de caráter multilateral desenvolvidas no continente, a gestão Ramaphosa vem buscando manter a África do Sul como defensora dos interesses africanos no cenário internacional. Isso é confirmado em seu discurso em 2019, em Biarritz, França, quando destacou a importância dos países-membros do G7 investirem no continente africano (Ramaphosa

7 A título de comparação, o comércio intra-europeu equivale a 68% e o intra-asiático, 60% (Fabricius 2020).

2019). Tal destaque reflete um dos principais objetivos traçados pelo país no pós-*apartheid*, a busca não apenas por fortalecer sua inserção regional, mas, também por manter-se como um ator relevante na resolução de desafios existente na África.

Outra característica encontrada na Agenda Africana que também continua presente na atual administração diz respeito à intensificação da interação entre a África do Sul e outros países africanos. Um exemplo refere-se à relação com Angola, país que desde a administração Zuma mantém-se estratégico para Pretória. Neste caso, vale destacar a intenção e o interesse de Ramaphosa e João Lourenço, atual presidente angolano, em cooperarem nas áreas do extrativismo, comércio, infraestrutura, agricultura, turismo, dentre outras consideradas relevantes para ambos (Africa News 2018). Paralelamente à interação com Angola, outro exemplo de relação bilateral envolve Gana, país com o qual a África do Sul já mantinha mais de vinte acordos de cooperação ou de intenção. Em 2018, Accra e Pretória criaram a Comissão Binacional (BNC), que possui como proposta se reunir a cada dois anos (Ramaphosa 2018e).

Embora havendo o interesse em priorizar o continente africano, tanto o avanço nas relações multilaterais quanto nas bilaterais podem ser impactadas por um desafio que desde a administração Mandela se mantém crescente na África do Sul, no caso, a violência de caráter xenofóbico. Exemplo disso pode ser encontrado em 2008, quando uma onda de violência contra imigrantes, principalmente zimbabuanos, moçambicanos e malauenses, resultou em cerca de 62 pessoas mortas, 670 feridas, e milhares de estabelecimentos saqueados ou destruídos. Além de 2008, vale destacar 2009, quando em torno de 3 mil estrangeiros que habitavam nas proximidades de Cape Town foram expulsos de suas residências, e 2015, cuja morte de 15 foi acompanhada pela expulsão de 2.000 imigrantes que viviam em KawaZulu Natal (Misago, Landau e Monson 2009; Mililo e Misago 2019). Em resposta ao tratamento dispensado aos imigrantes africanos, Pretória passou a ser criticada, como visto pelo então ministro das Relações Exteriores da Nigéria, Olugbenga Ashiru (2011-2013), que em 2012 acusou de xenofobia a deportação de 125 nigerianos que estavam na África do Sul (Landsberg 2012c).

Evidentemente que culpar o imigrante africano por desafios internos à África do Sul é uma visão preconceituosa que, constantemente, as administrações sul-africanas vêm buscando combater. Inclusive, vale ressaltar a ratificação na década de 1990 das Convenções de Genebra e da Unidade Africana sobre direito dos refugiados. Na administração atual, o combate a xenofobia converge com o desenvolvimento do Plano de Ação Nacional para

combater o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas (NAP, na sigla em inglês). Criado em 2019, o NAP traz como metas a proteção dos direitos humanos, a adoção de iniciativas antirracistas e anti-discriminatórias, destacadamente no campo da educação. Entretanto, no mesmo ano de criação do Plano, diversos nigerianos foram mortos ou expulsos de áreas próximas a Johannesburgo e, como resposta, o que se viu foram alguns nigerianos atacarem comerciantes sul-africanos residentes em Abuja. Em certa medida, este tipo de violência acaba por expor um dos desafios que a administração Ramaphosa terá pela frente, visto que a defesa da integração regional e xenofobia tendem a não caminhar no mesmo sentido.

Conclusão

A busca em ser protagonista no cenário internacional e um importante ator no continente africano podem ser considerados dois dos principais objetivos da África do Sul no pós-*apartheid*. Em linhas gerais, quando comparadas as administrações Mandela, Mbeki e Zuma, os êxitos, bem como os desafios em alcançar tais objetivos, caminharam lado a lado à adoção de estratégias pautadas na valorização do multilateralismo e na universalidade na política externa. Conforme analisado neste artigo, tal constatação pôde ser encontrada, inicialmente, na gestão Mandela, uma vez que o sucesso no cenário internacional contrastou com os desafios na inserção regional, esta caracterizada pela desconfiança acerca dos interesses de Pretória para o continente.

Embora perdendo o *status* de país com forte dimensão moral, as administrações Mbeki e Zuma, em maior ou menor intensidade, também obtiveram sucesso no cenário internacional, visto que a universalidade na política externa levou tais governos a fortalecerem laços com as potências emergentes, que ganhavam cada vez mais destaque no sistema internacional. Entretanto, no cenário continental o que se viu foi o disparate entre o êxito conquistado pelo primeiro, quando a África do Sul obteve sucesso em iniciativas como a transformação da OUA em UA, e na criação da NEPAD e da Agenda Africana; e o fracasso do segundo, visto que tanto na Costa do Marfim, quanto no caso Líbio, Pretória não obteve os resultados esperados.

Embora o multilateralismo e a universalidade na política externa sejam perenes a êxitos e desafios para a efetivação dos objetivos sul-africanos, é fato que ambos se tornaram meios cada vez mais estratégicos para o país, visto que ampliaram as relações internacionais da África do Sul. Inclusive,

esta importância pode ser encontrada na administração Ramaphosa, cujo governo vem direcionando a inserção internacional e continental do país à adoção de tais meios. Nesse sentido, levando em consideração os anos iniciais de sua gestão, é possível destacar três características que, grosso modo, tenderão a ganhar cada vez mais destaque.

A primeira remete a uma das principais características da administração Mandela, isto é, de África do Sul como um país com forte dimensão moral. Neste caso, mesmo objetivando tal status e o considerando como importante para o retorno do protagonismo sul-africano, é possível indicar a tendência de Pretória em não se distanciar da universalidade na política externa. Primeiramente, porque o país compreende a tendência à multipolaridade característica do cenário internacional atual. Em segundo, porque a universalidade simboliza a ruptura com o *apartheid*, pois se durante a vigência do regime racista a tônica foi a exclusão, na África do Sul pós-*apartheid* o que predomina é a manutenção de laços com os mais diversos tipos de países. Nesse sentido, é possível encontrar a tendência ao equilíbrio entre pontos característicos das administrações anteriores, uma vez que a busca pelo *status* de forte dimensão moral caminhará lado a lado à construção ou ao fortalecimento de laços com países que, constantemente, são criticados por potências ocidentais, como visto no caso cubano. Além disso, a dimensão moral é vista como fundamental para legitimar a atuação sul-africana em temas vistos como desafiadores no sistema internacional, este simbolizado pela crítica a Israel no que concerne à invasão em territórios palestinos.

Já a segunda característica refere-se à diplomacia econômica, que vem ganhando cada vez mais destaque na agenda sul-africana. De fato, juntamente ao contínuo interesse por iniciativas como a NEPAD, o PIDA, a TFTA e a AfCFTA, a tendência em valorizar as relações econômicas com o continente africano converge com a criação das Conferências de Investimento Sul-Africanas e o fortalecimento ou desenvolvimento de parcerias estratégicas, como encontrados nos casos de Angola e Gana. Por um lado, o caráter estratégico dessa diplomacia encontra-se relacionado à busca em melhorar o desempenho da economia sul-africana, uma vez que poderá aumentar as trocas comerciais junto ao continente africano e, conseqüentemente, elevar os índices relacionados ao crescimento econômico da África do Sul. Por outro, tal diplomacia é vista como importante no combate ao desemprego, pois a expectativa é a maior entrada de investimento externo direto no país.

Convergindo com as relações econômicas anteriormente indicadas, a terceira característica diz respeito à contínua valorização do continente africano. Além dos laços econômicos e políticos, este refletido pela defesa

da autodeterminação do Saara Ocidental e pela valorização da SADC e da União Africana, vale destacar o âmbito da segurança, cujo processos de paz continuam a ser relevantes para Pretória. Mesmo que esta dimensão se apresente como desafiadora, o destaque dado à busca por silenciar as armas no continente, fator que demonstra a relevância da Agenda 2063 para a administração Ramaphosa, bem como a atuação nos casos líbio, somali e no conflito do Sudão do Sul, são exemplos que demonstram o quão relevante a pacificação da África continua para o país. Entretanto, o maior interesse em ser atuante no continente, bem como em manter-se como a voz africana no cenário internacional, contrasta com um dos desafios que administração Ramaphosa terá que superar, qual seja, a xenofobia, visto que os ataques contra imigrantes africanos contrastam com o desejo por uma África cada vez mais integrada.

Referências

- Adelmann, M. 2004. “Quiet diplomacy – The reasons behind Mbeki’s Zimbabwe policy”. *Afrika Spectrum*, Hamburg: v. 39, n. 2, p. 249-276.
- Africa News. 2020. “AU chair Ramaphosa to prioritise Libya, South Sudan conflicts”. Pointe-Noire, Congo. <https://cutt.ly/Far5YE3>. Acesso em 25 mar. 2020.
- _____. 2020. “South Africa keen to boost cooperation with Angola”. <https://cutt.ly/Jar51IY>. Acesso em 24 fev. 2020.
- African Union (AU). 2015. “Agenda 2063, the Africa we want”. Draft Document.
- Barber, J. 2005. “The new South Africa’s foreign policy: principles and practice.” 2005. *International Affairs*, [S.l.], v. 81, n. 5, p. 1079-1096.
- Cilliers, J. e Autcoïn, C. 2016. “Economics, governance and instability in South Africa”. *South Africa: Institute for Security Studies* ISS paper V.293, s/n. <https://bityli.com/KqKuO>.
- Department of International Relations and Cooperation (DIRCO). 1996. “South African Foreign Policy: Discussion Document. Pretoria”. <https://cutt.ly/Var6pOC>. Acesso em 22 maio 2020.
- Department Trade, Industry and Competition Republic of South Africa (DTIC). 2020. “Beyond 20/20 WDS – Reports: Pretória”. <https://cutt.ly/Xar6zvq>. Acesso em 05 mar. 2020.

- Deutsche Welle (DW). 2020. "Covid-19: Médicos cubanos chegam à África do Sul. Boon". <https://cutt.ly/Tar6WYG>. Acesso em 09 jun. 2020.
- Fabricius, P. 2020. "From the Cape to Cairo – it's Ramaphosa's turn". *Fin-week*. Disponível em <<https://bityli.com/imTS2>> Acesso em 03 abr. 2020.
- Hamill, J. e Lee, D. 2001. "A Middle Power Paradox? South African Diplomacy in the Post-apartheid Era". *International Relations*, London, v.15, n. 4, p. 33-59.
- Indian-Ocean Rim Association (IORA-ARC). 2014. *Charter of the Indian Ocean Rim Association*. Australia.
- Landsberg, C. 2012a. "Policy Afro-Continentalism: Pan-Africanism in Post-Settlement South Africa's Foreign". *Journal of African and Asian Studies*, [S.l.], v. 47, n. 4, p. 436-448.
- _____. 2012b. "Continuity and Change in the Foreign Policies of the Mbeki and Zuma Governments". *Africa Insight*, [S.l.], v. 41, n. 4, p. 1-16.
- _____. 2012c. "Nigeria-South Africa Tensions Leave African Leadership Gap". *World Politics Review*, [S.l.], p. 1-3.
- _____. 2000. "Promoting Democracy: The Mandela-Mbeki Doctrine". *Journal of Democracy*, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 107-121.
- Lewis, P. M. 1999. "Nigeria: An End to the Permanent Transition?". *Journal of Democracy*, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 141-156.
- Mandela, N. 1993a. "South Africa's Future Foreign Policy". *Foreign Affairs*, Tampa, v. 72, n. 5.
- _____. 1993b. "Speech by President Nelson Mandela during a visit to the Finnish Parliament". Helsinki, 15 Mar. <https://cutt.ly/8ar6NYj>. Acesso em 14 maio 2020.
- Phemelo, M. O e Mompoti, C. 2018. "Mbeki on African Renaissance: A Vehicle for Africa Development". *African Renaissance*. V. 15, n. 3, p. 173-185.
- Mbekeani, K. K. 2013. *Intra-Regional Trade in Southern Africa: Structure, Performance and Challenges*. Regional Integration Policy.
- Mililo, S. e Misago, J. P. 2019. *Xenophobic Violence in South Africa: 1994-2018*. <https://bityli.com/fVldm>. Acesso em 22 mar. 2020.
- Misago, J. P., Landau, L. B. e Monson, T. 2009. *Towards Tolerance, Law, and Dignity: Addressing Violence against Foreign Nationals in South Africa*. International Organization for Migration.

- New Partnership for Africa's Development (NEPAD). 2001. *The New Partnership for Africa's Development*. Abuja.
- Otavio, A. 2017. "A Diplomacia Sul-Africana em Ação: o papel da Agenda Africana na Inserção Internacional da África do Sul." In *Mundo em Transição: Novos Vértices de Poder, Instituições e Cooperação*, organizado por Mariano, K. L. P., Menezes, R. G. e Moreira Jr., H. Dourados: Ed. UFGD, p. 295-318.
- Otavio, A e Cardoso, N, C, F. 2014. "Reflexões acerca da Primeira Década da União Africana: da transformação à atuação no Burundi, no Sudão e na Somália". *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre: V. 5, Nffl 26, p. 45-66.
- Pandor, N. 2020. "Humanitarian aid donated by the Government of the People's Republic of China Covid-19: Speaking notes for Minister GNM Pandor". *OR Tambo International*. <https://cutt.ly/UatqPCo>. Acesso em jun. 2020.
- _____. 2019. "Media Statement by the Minister of International Relations and Cooperation, Dr Nadeli Pandor, on the occasion of the Budget Vote Speech". Cape Town. <https://cutt.ly/4atqJfF>. Acesso em 12 jan. 2020.
- Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA). 2012. "Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA): Interconnecting, integrating and transforming a continent". Addis Ababa.
- Ramaphosa, C. 2018a. "State of the Nation". Pretória. <https://bitly.com/lZgPJ>. Acesso em 15 abr 2020.
- _____. 2018b. "President Cyril Ramaphosa's Media Remarks at the conclusion of the German President State Visit to South Africa". Cape Town. <https://cutt.ly/Uatq4fs>. Acesso em 12 jan. 2020.
- _____. 2018c. "ANC President Cyril Ramaphosa's January 8th Statement". Eastern Cape. <https://cutt.ly/natqNx3>. Acesso em 07 maio 2020
- _____. 2018d. "Address by President Cyril Ramaphosa". In: *United Nations (UM) Nelson Mandela Peace Summit, 24 September 2018: Political Declaration adopted at the Nelson Mandela Peace Summit*. New York.
- _____. 2018e. "Press Conference Remarks by President Cyril Ramaphosa at the end of the Official Talks with President Nana Addo Dankwa Akufo-Addo of the Republic of Ghana, Union Buildings". Pretória. <https://cutt.ly/UatwiUo>. Acesso em 20 mar. 2020.

- _____. 2019. "Remarks by President Cyril Ramaphosa at the G7 and Africa Partnership". Biarritz. <https://cutt.ly/ratwhGu>. Acesso em 06 jan. 2020.
- _____. 2020. "State of the Nation". Pretória. <https://cutt.ly/YatwnTx>. Acesso em 15 abr. 2020.
- Schraeder, P. J. 2001. "South Africa's Foreign Policy from International Pariah to Leader of the African Renaissance". *The Round Table*, n. 359, p. 229-243.
- Shubin, V. 2019. "África do Sul: um novo amanhecer?". *Revista Brasileira de Estudos Africanos (RBEA)*. Porto Alegre: N. 8, V. 4, p. 33-50.
- Sisulu, L. 2018. *Speech by L N Sisulu Minister of International Relations and Cooperation on the occasion of the Budget Vote of the Ministry of International Relations and Cooperation*. Cape Town. <https://cutt.ly/catwPKt>. Acesso em 05 fev. 2020.
- South Africa. 2020a. "President Ramaphosa in virtual meeting of the AU contact group on Lybia". Pretória. <https://cutt.ly/oatwN1o>. Acesso em 20 jun. 2020.
- _____. 2020b. "President Cyril Ramaphosa welcomes agreement between President Kiir and Dr. Machar". Pretória. <https://cutt.ly/NatwKm2>. Acesso em 25 jun. 2020.
- _____. 2019. "The National Action Plan to combat Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance". Pretória: 2019. <https://bityli.com/qWXbE>. Acesso em 20 abr. 2020.
- Titus, Danny. 2009. *Human Rights in Foreign Policy and Practice The South African Case Considered*. Johannesburg: SAIIA.
- Van Wyk, Jo-Ansie. 2002. "The Saga Continues...The Zimbabwe Issue in South Africa's Foreign Policy". *Alternatives Turkish Journal of International Relations*, [S.l], v. 1, n. 4, p. 176-231.
- Visentini, P. G. F. 2013. *A África e as potências emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- Zuma, J. 2009. *Closing Address by the President of the Republic of South Africa, HE Jacob Zuma, to the South Africa-Angola Business Forum Seminar Meeting*. Luanda. <https://cutt.ly/Oatw6L5>. Acesso em 14 maio 2013.

RESUMO

O artigo possui como objetivo principal comparar a política externa que vem sendo desenvolvida pela administração Ramaphosa com àquelas adotadas nos governos Mandela, Mbeki e Zuma. Baseando-se em fontes primárias e secundárias e levando em consideração que a gestão atual se encontra em andamento, busca-se demonstrar que os processos de inserção internacional e regional que vem sendo realizados trazem como principal característica a tentativa de fortalecer a interação entre política externa e desenvolvimento econômico, da mesma forma que as administrações Mbeki e Zuma, em maior e menor intensidade, fizeram. Feito isso, espera-se concluir que a política externa atual mantém a universalidade na política externa, o multilateralismo e a diplomacia econômica, estes que já estavam presentes nas administrações anteriores.

PALAVRAS-CHAVES

África do Sul. Política Externa. Administração Ramaphosa.

Recebido em 17 de julho de 2020

Aceito em 15 de outubro de 2020